



Relatório INSP-2019-0189 BI-2019-0197

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 06/11/2019 **Hora:** 11h40 **Tipo:** Plano Operacional (PO-2019-0001)

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção teve como objetivo verificar o cumprimento das normas relativas à utilização de gases fluorados com efeitos de estufa – GFEE – (Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril, e Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro) e das normas relativas à utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono (Regulamento (CE) n.º 1005/2009, de 16 de setembro e Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio).

No local foi contactado o responsável pela oficina José Manuel Leandres Sousa, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Tecnirodas - Comércio e Reparação Automóvel, Lda **NIPC/NIF:** 513491538

Sede/morada: Zona Industrial Santa Maria, Lote 8

Código Postal: 9580-507 **Freguesia:** Vila do Porto

Concelho: Vila do Porto **Ilha:** Ilha de Santa Maria

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Tecnirodas - Oficina

Endereço: Zona Industrial Santa Maria, Lote 8

Código Postal: 9580-507 **Freguesia:** Vila do Porto

Concelho: Vila do Porto **Ilha:** Ilha de Santa Maria

Atividade principal: 45200 - Manutenção e reparação de veículos automóveis

Outras atividades:

Período de funcionamento: 2.ª a 6.ª das 8h às 17h e sábados das 8h às 12h



Licenciamento da atividade: Licença de utilização n.º 7/2017



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Operadores de equipamentos com GFEE ^{a)}

^{a)} Equipamentos de refrigeração fixos; Equipamentos de ar condicionado fixos; Bombas de calor fixas; Equipamento fixo de proteção contra incêndios; Unidades de refrigeração de camiões e reboques refrigerados; Computadores elétricos; Ciclos orgânicos de Rankine.

2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	2 splits	
5 ≤ TECO ₂ < 50	-	
50 ≤ TECO ₂ < 500	-	
TECO ₂ ≥ 500	-	

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂



2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	Art. 4.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂ .	Art. 5.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
d) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos (independentemente da quantidade instalada) para efeitos de reciclagem, valorização ou destruição.	Art. 8.º, Reg. CE 517/2014; Art. 19.º e 20.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Cumprimento das restrições de utilização previstas no artigo 13.º do Regulamento CE 517/2014.	Art. 13.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Efetuar as diligências necessárias para determinar se a empresa prestadora de serviços detém os certificados necessários para as intervenções contratadas em equipamentos que contenham gases fluorados com efeitos de estufa.	Art. 10.º, n.º 11, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
g) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano, por parte do operador dos equipamentos.	Art. 5.º, DL 145/2017	Não aplicável	


3 – Intervenções em equipamentos, compra e venda de GFEE, venda de equipamentos não hermeticamente fechados

Relativamente às intervenções em equipamentos, à compra e venda de gases fluorados com efeitos de estufa e venda de equipamentos não hermeticamente fechados ao utilizador final verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Exercício de atividades em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por técnicos certificados.	Art. 13.º e 14.º, DL 145/2017	Não aplicável	
b) Exercício de atividades em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por empresas certificadas.	Art. 16.º e 17.º, DL 145/2017	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Cumprido	Dispõem de uma máquina de carregamento do ar condicionado de veículos (R134a), sendo o responsável da oficina o técnico certificado, com o certificado n.º 96/2017 emitido pela J23M Car Academy Formação e Consultoria, Lda. em 31/05/2017 e válido por 7 anos 
d) Por cada intervenção em equipamento fixo de refrigeração, ar condicionado, bomba de calor, extintor ou sistema de proteção fixo contra incêndios, o técnico deve observar os procedimentos estabelecidos pelo organismo de certificação, devendo manter uma cópia da ficha de intervenção durante, pelo menos, 5 anos.	Art. 21.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo com informações relativas aos compradores e vendedores de gases, nos termos do anexo I do DL 145/2017, os quais devem ser mantidos durante um período de pelo menos 5 anos.	Art. 6.º, DL 145/2017	Não cumprido	Dispõe do registo, mas não de acordo com os dados complementares referidos nos n.º 3 e 4 do anexo I do DL 145/2017.
f) Comunicação de dados sobre compra e venda de gases fluorados à autoridade ambiental, até 30 de junho de cada ano, por parte de entidades que efetuam intervenções em equipamentos (incluindo oficinas auto).	Art. 5.º, DL 145/2017	Não cumprido	Solicitaram informações à DRA relativa à comunicação de dados sobre a compra e venda de gases fluorados em 7/11/2019 o qual foi respondido pela DRA, com as indicações para submissão dos dados referentes a 2019.
g) Manutenção de um registo com as provas fornecidas de que a instalação de um equipamentos não hermeticamente fechado vendido diretamente ao utilizador final é efetuada por uma empresa certificada.	Art. 11.º, n.º 5, Reg. CE 517/2014; Art. 7.º, DL 145/2017	Não aplicável	

4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	-	
3 ≤ Carga < 30	-	
30 ≤ Carga < 300	-	
Carga ≥ 300	-	

4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º, Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º, DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º, Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º, DL 85/2014	Não aplicável	

5 – Outros assuntos

Na deslocação às instalações verificou-se se mantinham a infração detetada na inspeção anterior (INSP-2019-0088) realizada em 16 de maio de 2019, e da qual o responsável pela oficina ainda não tinha sido notificado, relativa a operações de desmantelamento de VFV em instalações não licenciadas para o efeito.

Mantinhm-se, no exterior das instalações da oficina, dois dos possíveis VFV identificados no relatório inspetivo INSP-2019-0088, sendo que o responsável pela oficina foi informado de que não podia proceder ao desmantelamento (retirar peças e outras partes dos VFV) sem dispor do devido licenciamento para esse tipo operação de gestão de resíduos.



Figuras 5.1 e 5.2 – Viaturas identificadas como possíveis VFV.



O mesmo referiu que já não procedia a esse tipo de operações de gestão de resíduos e que os VFV identificados iriam ser encaminhados para o CPR de Santa Maria.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

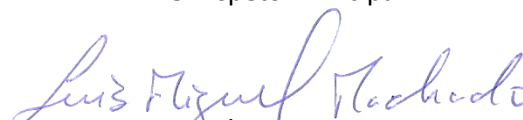
- a) Incumprimento da obrigação de estabelecer registos das informações relativas aos compradores e aos vendedores dos gases fluorados com efeito de estufa, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €24 000 a €5 000 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 4);
- b) Não comunicou à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 30 de junho, os dados relativos ao ano civil anterior sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas, conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, constitui contraordenação leve, nos termos dos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2).

6 – Indicações e medidas adotadas

Notificar para regularização das irregularidades identificadas, e descritas no ponto 5, bem como comprovar o devido encaminhamento dos VFV para o CPR da Ilha de Santa Maria.

Ponta Delgada, 4 de dezembro de 2019

O Inspetor Principal


(Luís Miguel Ávila da Silva Machado)